

## COMUNICADO DE IMPRENSA

Bancos das dívidas odiosas multados pelos EUA e Reino Unido, comprometem-se a cancelar 200 milhões de dólares da dívida de Moçambique

### **Declaração da má conduta do Credit Suisse legitima a demanda pelo cancelamento total das dívidas e compensação aos moçambicanos**

O banco de investimento Credit Suisse assumiu sua culpa e foi multado ao pagamento de 475 milhões de dólares americanos numa decisão conjunta das autoridades norte americanas e do Reino Unido no âmbito do escândalo de corrupção e negligência envolvendo gestores do banco, a Privinvest e altos dirigentes do Governo de Moçambique na contratação das dívidas ilegais da Proindicus e Ematum, de cerca de 1.3 biliões de dólares, com garantias do Estado Moçambicano.

A multa criminal inclui o pagamento de 175,5 milhões de dólares ao Departamento de Justiça dos Estados

Unidos de América (EUA), 100 milhões pagos à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (The US Securities and Exchange Commission em inglês) e 200,6 milhões de dólares pagos à Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA, sigla em inglês), que defendeu que o banco "falhou na gestão adequada do risco de crime financeiro". O outro banco das dívidas ocultas, o VTB vai pagar 6 milhões de dólares em multas.

Como parte do acordo, o Credit Suisse vai cancelar 200 milhões de dólares nas dívidas de Moçambique em resultado destes empréstimos odiosos.

Neste âmbito, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) presta esta declaração para afirmar que:

1. Os cidadãos moçambicanos estão atentos às decisões e acordos agora anunciados e reconhecem o papel das autoridades Americanas e do Reino Unido pela decisão de multar os bancos envolvidos no escandaloso calote.

2. O reconhecimento do Credit Suisse da sua responsabilidade (incumprimento da lei, negligência e envolvimento de seus funcionários nos subornos) reforça a justiça e legitimidade da exigência do FMO de cancelamento total das dívidas ilegais
3. Este reconhecimento reforça a ideia de que as dívidas são odiosas, nunca foram para beneficiar a Moçambique e, por isso, o FMO continua a exigir a compensação justa e à medida dos efeitos e impactos do escândalo, nomeadamente, a crise da dívida, a redução dos investimentos no país (perda de credibilidade), a retirada dos parceiros de cooperação, os efeitos económicos que empurraram milhões de moçambicanos para a pobreza.
4. O estudo realizado em 2021 pelo Centro de Integridade Pública, membro do FMO, revela que os custos económicos e financeiros deste escândalo de corrupção são de pelo menos 11 biliões de dólares e que podiam ascender a cerca de 16 biliões caso o país fosse obrigado a pagar estas dívidas.

O FMO vem acompanhando os contornos de todos os processos ligados às Dívidas Ocultas nos Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, África do Sul e Moçambique e nos últimos anos realizou encontros com as Autoridades Reguladoras dos diferentes países, incluindo participar na Assembleia Geral do Credit Suisse, tendo submetido uma petição a exigir o cancelamento das dívidas ilegais à FCA e ao Parlamento Britânico. Para além da pressão para a auditoria às dívidas e a responsabilização exemplar dos envolvidos, o FMO submeteu duas petições ao Conselho Constitucional de Moçambique, que decidiu declará-las ilegais e decidido pela sua nulidade e de todos os seus efeitos.

Fazem parte do FMO as seguintes OSC: N´weti - Comunicação para a Saúde, Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), Centro de Integridade Pública (CIP), Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Fórum das Organizações para os Direitos das Crianças (ROSC), Helvetas Swiss Intercooperation, Action AID Moçambique, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD), Movimento Educação para Todos (MEPT), Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM), Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social (PSCM-PS), Liga das ONG's (JOINT), Mulher\_Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), o Observatório do Meio Rural (OMR), IESE, Namati-Moçambique, Observatório do Cidadão para a Saúde; WaterAid; WWF.